



Observação: Os alunos deverão preencher a ficha de inscrição usando o nome completo conforme documento de identificação.

2. Inscrição pela Universidad Pompeu Fabra, Barcelona School of Management através do link: www2.barcelonaschoolofmanagement.upf.edu/forms/conf/es/015407

2.1. PAGAMENTO: Será realizado diretamente para a Universidad Pompeu Fabra, Barcelona School of Management entre os dias 01 e 15 de julho de 2025. Quando forem atingidas 15 inscrições, a universidade enviará um e-mail aos alunos com as instruções para o pagamento, que poderá ser realizado através de cartão de crédito, transferência bancária nacional (da Espanha) ou transferência bancária internacional (fora da Espanha).

DOCUMENTOS EXIGIDOS: enviar para o e-mail epmmerecimento@tjsp.jus.br até **01/06/2025**

Magistrados: cópia digitalizada da identidade funcional, bem como breve currículo do candidato, apontando-se, principalmente, a área de atuação e data de ingresso na magistratura;

Outros do público-alvo: identidade funcional ou carteira da OAB ou outros documentos que comprovem ser operador do direito ou estudante de direito e currículo.

Observações importantes da EPM:

1.A inscrição do candidato importará conhecimento de todas as instruções, tais como estabelecidas nesta página.

2.Os candidatos que enviarem a documentação e realizarem o pagamento até o dia **15/07/2025** receberão a confirmação da matrícula até o dia **24/07/2025**.

3.Caso o número de inscritos supere o número de vagas, haverá lista de espera.

4.A programação do curso é sujeita a alterações.

5.Maiores informações podem ser obtidas por e-mail (epmmerecimento@tjsp.jus.br).

SEÇÃO V

CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA

SEMA 1.3.1

191º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA EDITAL – RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DEFINITIVAS E EXAMES ORAIS

O Desembargador **VICENTE DE ABREU AMADEI**, Presidente da Comissão do 191º Concurso de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura do Estado de São Paulo, **PUBLICA** o resultado da **terceira etapa do certame – INSCRIÇÃO DEFINITIVA**, bem como os procedimentos relativos à **quarta etapa – PROVAS ORAIS**.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os(as) candidatas(as) abaixo relacionados(as) nas listas de **INSCRIÇÕES DEFINITIVAS DEFERIDAS** realizarão a prova oral a partir do dia **06 de maio de 2025 (terça-feira)**, às **12h45**, na sala 1329 do 13º andar do Fórum João Mendes Júnior, situada na Praça João Mendes, s/nº, nesta capital.

O sorteio do ponto para essa data será realizado no dia **05 de maio de 2025 (segunda-feira)**, às **12h45**, no mesmo local.

O sorteio público das datas de arguição da prova oral de cada um dos(as) candidatos(as) ocorrerá em sessão pública a ser realizada no dia **28 de abril de 2025 (segunda-feira)**, às **15 horas**, no local supramencionado.

DO RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DEFINITIVAS

INSCRIÇÕES DEFINITIVAS DEFERIDAS

Listas em ordem alfabética

1-LISTA GERAL DE CANDIDATOS:

Inscrição	Nome
75028891	ALAN POLLI DIAS
74936638	ALBERTO CARLOS NOGUEIRA DA COSTA
74867938	AMANDA DE BEM CASANOVA
74926667	ANA LUISA MARCONDES ESTEVES
75006197	ANDRE LUIS SANTORO CARRADITA



75829800	ANDRE TADEU CARLETO
75792052	ARTHUR PAKU OTTOLINI BALBANI
74757970	ARYANE RUIZ RAPOSO DE MELO
74753428	BEATRIZ MARIANI
74755676	BRUNA MARIA RAMOS KESSA
75034557	BRUNA MONIELLE PINHEIRO ALVES
74985957	BRUNO DA ROCHA MONTENEGRO
75182572	BRUNO SANTOS MONTENEGRO
75945177	CAIO FAGUNDES LAMPA
75632250	CAROLINA FERNANDES NASCIMENTO DE OLIVEIRA
74747630	CAROLINA MACHADO DE OLIVEIRA
74764772	CAROLINA NOBREGA ZAMATARO
74759434	CAROLINE COSTA VERAS
75097664	DANIEL DE MEDEIROS SILVA CORRO
74835882	DANIEL DE PADUA ANDRADE
74816365	DANIEL ROCHA MAIA
74910566	DANIELLE PARAVANI
74827049	DANILO BARRETO CANOVES
74820680	ERIKA LAIS FERREIRA PORTELA
74755013	FABIO SAAR ALMEIDA HORTA BARBOSA
75146819	FABRICIO FIGLIUOLO HORTA FERNANDES
74751425	FELIPE CEZAR DO NASCIMENTO
75939878	FERNANDA KALIL FAGUNDES
74754920	FERNANDA LACERDA ROSA
74749552	FERNANDO AUGUSTO SALETA PACHECO
74988352	FERNANDO LEO VILLAS
74800698	FILIPE BOSSAY ILHESCA
74795120	FLAVIA OLEGARIO DE CARVALHO
74810936	GABRIEL ARBILLA KLACHQUIN
76072789	GABRIELA BULCAO CHAMBERLAIN NUNES
74871960	GABRIELA DE ALMEIDA VERGUEIRO
74750038	GUILHERME MASSAHIRO YAMAMOTO
75970295	GUILHERME QUINUP RUIZ MELEIRO
74748661	GUSTAVO BARBOSA DE SIQUEIRA
74820605	GUSTAVO CELESTE ORMENESE
75037963	GUSTAVO COMIN OTAVIANO
74746812	HELOANA VERA ALBUQUERQUE
75309580	IGOR FERREIRA DOS SANTOS
74774522	ISADORA MONTEIRO MOREIRA
74758543	IZABELA DA SILVA
74838393	JESSICA DANTAS DE OLIVEIRA
74794442	JOAO AUGUSTO FERNANDES FOCESATO
75921537	JOAO VICTOR BRAGA ADAMUZ
74748831	JOYCE DA SILVA
75959119	JULIANA ALMEIDA BETTIO
74751166	JULIANA DI BERARDO
75208806	JULIANA NEVES AYELLO
74837052	LAIS CHRISTINA ARAKI CUNHA
74805690	LAISE SOUZA CESTARI
74755919	LARA FREITAS ARAUJO
75087375	LARISSA BRAUNS SANTOS
74793721	LARISSA LEAL ELIAS LAMBLET
74825046	LAURA DUARTE SABIR FERRAZ
74768581	LAURA OLIVEIRA SALLES
75042088	LUCAS COSTA PATTO DOS SANTOS
74762664	LUCAS EDUARDO SGUISSARDI ROY
74747770	LUCAS SANTOS CHAGAS
74823159	LUIZ FERNANDO GRASSI
74778641	LUIZA TORGGLER SILVA
74804677	MAISA LEITE
74921088	MARCELLA CALIANI
74986660	MARCELO HENRIQUE RODRIGUES DE CAMPOS
75809966	MARCIO ANTONIO ABDALLAH DEOTTI IBRAHIM
75183102	MARCO ANTONIO CHAZAINE PEREIRA



75093898	MARIA CAROLINA DONZELI ROSSETTO
74793764	MARIANA ALVES DIAS GIACON
74761560	MARIANA HAEFLIGER REINERI
74757962	MARIANA OLIVEIRA DE MELO CAVALCANTI
74941470	MARILIA BONAFE FROMENT
75399580	MARINA PASSAMANI ABRAHAO
75209403	MATHEUS AQUINO PIROLA KRUGER
74974564	MATHEUS TOGEIRO LEMOS
74745522	MAURICIO DA COSTA CARVALHO VIDIGAL FILHO
74871030	MELANIE LIESENBERG
74803310	MIRIAN ANINGER MURAD
75671174	MURILO BRANZANI DA SILVA
74754653	NAIR COSTA GOMES
74745182	NATHALIA CHRISTINA CAPUTO GOMES
74764799	NATHALIA MONTANHER DA ROCHA QUEIROZ
74793179	OTAVIO HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA
74748289	PAULA MENEGHINI MIRANDA MOREIRA
74792024	PAULA THIEME KAGUEIAMA
75312204	PEDRO ARTHUR LIVINGSTONE VINNICOMBE OTERO
74792440	PEDRO HENRIQUE FERREIRA MANFETONI
74747657	PRISCILA DOMENICE
75322064	RAFAEL COSTA RIBEIRO
75266423	RAFAEL CRESPO MACIEL MACHADO
74818830	RAFAEL NOGUEIRA CAVALCANTE
74801848	RAFAEL VIOTTI SCHLOBACH
75005794	RAISSA COSTA SILVEIRA
74752162	RAMON CARLOS ESTANCIAL TEODORO
74819097	RENAN TERUO SUZUKI KITO
74935895	RICARDO AUGUSTO AVELAR UCHOA SILVA
75834642	ROSALIA BODNAR
74866010	SAMEA GIULIANA LUZ MANSUR BENITIS
74932926	SARA FONTES CARVALHO DE ARAUJO
75250993	SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS
74926560	STEPHANIE KODLULOVICH PINTO
74777840	TAINA PASSAMANI CORREA
75144735	THAIS BLANCO BENTO
74830023	THAIS QUEIROZ FERRERE MATOS DE OLIVEIRA
75136511	THALES AUGUSTO NISTRELE DE LUCCA
74752790	THALITA BARROS DO EGITO
75611961	THALYTA BORGES BATISTA
74751450	THIAGO ZAMARIOLLO DOS SANTOS
74950932	VICTOR CAETANO MACHADO DE LIMA
75076837	WALERIA SARAIVA SANTOS ORNELAS RODRIGUES

2- LISTA DE CANDIDATOS - VAGAS RESERVADAS AOS NEGROS:

inscrição	Nome
74762923	ADEMARIO DA SILVA TETE JUNIOR
74767593	ADNA ARAUJO DE OLIVEIRA
74772295	ADSON GUSTAVO DE OLIVEIRA
74820656	AIME PERES SOARES BOMFIM
75350025	ALINE OLIVEIRA LIMA ABDALLA
74790021	ALYSSON GABRIEL SANTOS NUNES TINOCO
75058316	ELISEU LEFUNDES DE SOUZA JUNIOR
74804812	ELIZABETH TORRES MADEIRA NETTA
75099349	ERIKA SAMARA SANTANA FAUSTINO SILVA
74762230	IGOR FELIPE PRAXEDES
74774522	ISADORA MONTEIRO MOREIRA
74952285	JESSICA CAVALCANTE DA SILVA
75420490	KARINE PIZZANI MIRANDA
75856751	LARA LIMA FARIAS
75040824	MATHEUS PONTES ESMERITO
74939629	NATHALIA AGUIAR MORAIS
74793535	SAULO FILIPE FELIX CALADO



74863819	TIAGO GONCALVES DOS SANTOS
75423596	VIVIANE MOURAO FERREIRA
74900382	YURI CESAR SERAPIAO SOARES PEREIRA

3- LISTA DE CANDIDATOS - VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

inscrição	Nome
75028891	ALAN POLLI DIAS
75953030	DEMETRIUS AMARAL LEITAO
74754920	FERNANDA LACERDA ROSA
74810936	GABRIEL ARBILLA KLACHQUIN
74755820	GIULIA CHRISTENSEN
75399580	MARINA PASSAMANI ABRAHAO
74858602	REBECCA MARTINS GOMES
75250993	SIMONE NOJIECOSKI DOS SANTOS
74745980	VIVIANE DE CARVALHO SINGULANE

INSCRIÇÕES DEFINITIVAS INDEFERIDAS

Inscrição	Nome
74749935	ANA CAROLINA DOS SANTOS SOUZA
75565951	PAULA AUGUSTA MACHADO BENEDITO

CANDIDATOS ELIMINADOS AUSENTES NOS PROCEDIMENTOS DA TERCEIRA ETAPA E/OU SEM ENVIO DE DOCUMENTOS

Inscrição	Nome
75386666	GUILHERME SARTORI HENDGES
75593793	JOAO VITOR HENRIQUES OLIVEIRA AMARAL DE CASTRO
75552000	LIVIA COLOMBO LIBERATO BRAGA
75975718	LUCAS AUGUSTO RESENDE MONTEIRO

DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA

Observados os termos do item 12.6.4 do edital de abertura deste certame, o prazo recursal de **2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação deste edital** será das **0h do dia 28 de abril de 2025 (segunda-feira) até as 23h59 do dia 29 de abril de 2025 (terça-feira)**, destinado às candidatas cujas inscrições definitivas foram indeferidas.

O recurso, devidamente fundamentado, será dirigido à Comissão de Concurso, mediante acesso ao *site* da **FUNDAÇÃO VUNESP (www.vunesp.com.br)**, na página específica do concurso público, na Área do Candidato, onde estará disponível, também, o conteúdo da informação da SEMA e da decisão de indeferimento da inscrição, devidamente motivada.

Caso haja interposição de recurso, fica designada, desde já, **sessão pública para julgamento no dia 30 de abril de 2025 (quarta-feira), às 13 horas**, na sala 1329 do 13º andar do Fórum João Mendes Júnior, situada na Praça João Mendes, s/nº, nesta capital. Os expedientes serão distribuídos aos integrantes da Banca na mesma data, no período da manhã, e disponibilizados no site deste Tribunal, para conhecimento.

DOS PROCEDIMENTOS DOS EXAMES ORAIS

Conforme estabelece o art. 65 da Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça, a Prova Oral versará sobre os temas e as disciplinas concernentes à segunda etapa do concurso (art. 47).

Será sorteado 1 (um) ponto, com antecedência de 24 horas, para todos os candidatos que serão arguidos num mesmo dia, em sessão pública, vedado o exame simultâneo de mais de um candidato(a).

A ordem de arguição dos candidatos em cada data será definida por sorteio, ao início do dia e hora marcados para a realização das suas respectivas provas orais.

Os membros da Comissão de Concurso arguirão sobre pontos do programa específico, atribuindo nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao conjunto das respostas dadas pelo(a) candidato(a).

A arguição do candidato versará sobre conhecimento técnico acerca dos temas relacionados ao ponto sorteado, cumprindo à Comissão avaliar-lhe o domínio do conhecimento jurídico, a adequação da linguagem, articulação no raciocínio, a capacidade de argumentação e o uso correto do vernáculo.

Durante a arguição o(a) candidato(a) poderá consultar códigos ou legislação esparsa não comentados ou anotados, a critério da Comissão de Concurso.



A nota da prova corresponderá à média aritmética simples das 5 (cinco) notas atribuídas ao(à) candidato(a) pelos membros da Comissão de Concurso, sendo considerados(as) aprovados(as) e habilitados(as) para a próxima etapa os(as) candidatos(as) que obtiverem nota não inferior a 6 (seis).

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente edital.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

(A)DESEMBARGADOR **VICENTE DE ABREU AMADEI**, Presidente da Comissão do 191º Concurso de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura

191º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

PROGRAMA PARA QUARTA ETAPA – PROVA ORAL

O Desembargador **VICENTE DE ABREU AMADEI**, Presidente da Comissão do 191º Concurso de Provas e Títulos para Ingresso na Magistratura de São Paulo, **FAZ SABER** aos(às) candidatos(as) habilitados(as) à prova oral que, nos termos do art. 65 da Resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça, para efeito de sorteio, que os temas a respeito dos quais os candidatos(as) serão arguidos foram agrupados nos **15 (quinze) pontos seguintes**:

PONTO 1

DIREITO CIVIL

Parte geral: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Constitucionalização do Direito Civil. Direitos fundamentais. Pessoas naturais. Direitos da Personalidade. Nome da pessoa natural e retificação registrária. Início e fim da personalidade. Capacidade e incapacidade. Legitimação. Estatuto da pessoa com deficiência.

Direito das Sucessões: Disposições gerais. A herança e sua administração. Aceitação e renúncia da herança. Sucessão legítima. Ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Cessão da herança. Excluídos da herança. Exclusão por indignidade e deserdação. Herança jacente. Petição de herança.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Direitos do consumidor. Disposições gerais. Direitos fundamentais e direitos básicos do consumidor. A proteção à vida, saúde e segurança do consumidor. A educação e a informação do consumidor. A proteção contra a publicidade ilícita e outros métodos desleais e ilícitos. Política nacional de relações de consumo.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa e atividade empresarial e mercado. O Direito Civil e o Direito Comercial: autonomia ou unificação. Fontes do Direito Comercial. Os perfis do mercado. Teoria geral do Direito Societário. Ato constitutivos das sociedades. Da sociedade não personificada e personificada. Sociedades simples e sociedades empresárias. Registro Público das sociedades.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios de defesa na Constituição. Ações constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Princípios constitucionais da administração pública. Administração Pública e Constituição. Atividade administrativa e direitos fundamentais. Princípios constitucionais da atividade administrativa. Inovações da Lei n. 13.655/2018 quanto à LINDB. Os métodos prudencial-realístico e pragmático-consequencialista de aplicação do direito administrativo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Direito Tributário. Conceito, definições, denominações. Sistema Constitucional Tributário e Sistema Tributário Nacional. Princípios Constitucionais. Princípios gerais. Limitações ao poder de tributar. Finalidades e objetivos do Sistema Tributário. Carga tributária.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Dos crimes contra a pessoa.

Legislação Penal Especial: Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06).

Crimes contra a ordem Tributária (Lei nº 8.137/90) e Econômica (Lei nº 8.176/91)

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Parte Geral - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Princípios da prioridade absoluta, proteção integral e do interesse superior da criança e do adolescente.

DIREITOS HUMANOS

Dignidade da pessoa humana.

Teoria Geral dos Direitos Humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Do processo penal em geral. Princípios Constitucionais e fontes do processo penal. Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006).

**DIREITO ELEITORAL**

Estado Democrático de Direito. Cidadania. Sistema representativo. Soberania popular. Pluralismo político. Reforma política. Elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais ou legais. Arguição judicial de inelegibilidade. Domicílio Eleitoral. Filiação Partidária. Capacidade eleitoral passiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Normas fundamentais do processo civil. Interpretação da norma processual. Norma processual no tempo e no espaço. Escopos do processo. Instrumentalidade do processo.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Noções gerais. O conceito analógico de direito. Direito objetivo e direito subjetivo. Norma jurídica (conceito, natureza, espécies). Princípios e regras jurídicas.

DIREITO AMBIENTAL

Fundamentos éticos e filosóficos do direito ambiental. A Constituição e a proteção do meio ambiente.

PONTO 2**DIREITO CIVIL**

Parte Geral: Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócios jurídicos. Disposições gerais. Existência, validade e eficácia. Forma e prova do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo e simulação. Ato lícito e ilícito. Abuso do direito. Teoria da aparência.

Responsabilidade civil: Princípios (solidariedade, prevenção e reparação integral do dano). Boa-fé objetiva e responsabilidade civil. Responsabilidade civil por fato próprio, fato de terceiro e fato da coisa. Responsabilidade civil da área médica e dos profissionais liberais. Responsabilidade civil digital e Marco civil da *Internet*. Responsabilidade dos incorporadores e construtores.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Relação de consumo. O consumidor como destinatário final. Consumidor pessoa jurídica. Consumidor por equiparação (*bystander*). O fornecedor. Cadeia produtiva e responsabilidade. O objeto da relação de consumo: produtos e serviços. Qualidade de produtos e serviços. Proteção à saúde e à segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço.

DIREITO EMPRESARIAL

Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado. Direito de Empresa no Código Civil. A empresa e o empresário. Noção econômica e jurídica de empresa. Empresário e sociedade empresária. A atividade empresarial. Capacidade. Empresário rural. Empresário em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano. Obrigações gerais dos empresários.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Organização do Estado. Estado Democrático de Direito. Federação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Função Pública. Divisão de competências, delegação e avocação. Poder de Polícia. Termos de ajuste de conduta administrativos. Termos substitutivos de sanção. Limites à delegabilidade do poder de polícia.

Discrecionalidade – limites e fundamentos. Abuso e desvio de poder.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Direito Tributário. Conceito, definições, denominações. Sistema Constitucional Tributário e Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais. Princípios e normas gerais. Limitações ao poder de tributar. Carga tributária.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Dos crimes contra o patrimônio.

Dos crimes contra a propriedade imaterial.

Legislação Penal Especial: Violência Doméstica e Familiar (Lei nº 11.340/06). Crimes contra a Economia Popular (Lei nº 1521/51).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Parte Geral – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

DIREITOS HUMANOS

Sistema de proteção dos direitos humanos.

Tribunal de Nuremberg e Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Do inquérito policial (arts. 4 a 23 do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995). Organizações criminosas (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013).



DIREITO ELEITORAL

Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Características do voto. Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo penal eleitoral: prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Ação penal eleitoral e recursos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Jurisdição. Elementos conceituais. Características. Espécies. Organização judiciária. Distinção em relação às demais funções do Estado. Jurisdição estatal e arbitral. Poderes do juiz e do árbitro. Impedimento e suspeição. Competência. Critérios de determinação e de modificação. Incompetência absoluta e relativa. Conflito de competência. Cooperação internacional. Funções essenciais à Justiça. Magistratura. Advocacia Pública e Privada. Assistência judiciária. Ministério Público. Órgãos auxiliares da justiça. Conciliadores e mediadores.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Direito da antidiscriminação: modalidades de discriminação. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

DIREITO AMBIENTAL

Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre temas ambientais.

PONTO 3

DIREITO CIVIL

Parte geral e Direito de família: Fatos jurídicos. Atos jurídicos e negócios jurídicos. Disposições gerais. Eficácia. Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. Invalidez do negócio jurídico. Simulação. Conversão do negócio jurídico. Prescrição e decadência. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Alimentos entre parentes, cônjuges e companheiros.

Direito das coisas: Conceitos e atributos dos direitos reais. Princípios. Posse: natureza e elementos. Detenção. Classificação da posse. Aquisição, perda e transmissão da posse. Efeitos da posse. Exceção de domínio. Composses. Função social da posse. Juízo petitório e juízo possessório.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Direitos básicos do consumidor. A força normativa e conexão dos direitos básicos e dos direitos constitucionais fundamentais. A proteção à vida, saúde e segurança do consumidor. A educação e a informação do consumidor. A prevenção e reparação dos danos materiais, morais, individuais e coletivos. A facilitação da defesa do consumidor em Juízo – inversão do ônus da prova e outras formas.

DIREITO EMPRESARIAL

Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. Escrituração e demonstrações contábeis periódicas. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. Institutos complementares do Direito Empresarial. Registro. Prepostos. Escrituração. Bens corpóreos e incorpóreos. Ponto comercial, fundo de comércio e trespasse.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Normas constitucionais. Hermenêutica e filosofia constitucional. Métodos de interpretação. Aplicabilidade e eficácia. Mutação constitucional. Reforma e Revisão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Ato administrativo. Conceito e identificação. Elementos, requisitos, espécies. Principais classificações dos atos administrativos. Controle formal e controle de mérito do ato administrativo. Revogação, invalidação, conversão e convalidação. Finalidades do processo administrativo. Lei geral de processo administrativo. Regras e princípios fundamentais. Vícios dos atos administrativos. Abuso e desvio de poder.

Poder de polícia. Conceito e identificação. Limites e fundamentos. Características fundamentais. Espécies. Delegação e seus limites. Sanções administrativas. Adoção de mecanismos consensuais no exercício do poder de polícia. Termos de ajuste de conduta administrativos. Termos substitutivos de sanção. Limites à delegabilidade do poder de polícia.

DIREITO TRIBUTÁRIO

O tributo, acepções de vocábulo. Definição do art. 3º. do Código Tributário Nacional. Tipologia tributária no Brasil: o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo. Denominação e destino do produto de arrecadação: at. 4º. do Código Tributário Nacional. Empréstimo compulsório. Taxas. Taxas e preços públicos. O pedágio. Contribuição de melhoria e outras contribuições. Empréstimos compulsórios. Contribuições parafiscais. Impostos extraordinários. As contribuições (art. 149 e seus parágrafos da CF).

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Dos crimes contra a dignidade sexual.

Legislação Penal Especial: Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Declaração de Genebra.

Declaração dos direitos da Criança de 1959.

Regras de Beijing (ou de Pequim).

Convenção sobre direitos da Criança de 1989.



DIREITOS HUMANOS

Relação entre o direito internacional dos direitos humanos e o direito brasileiro. Os direitos Humanos na Constituição Federal de 1988.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Da ação penal (arts. 24 a 62 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989). Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017).

DIREITO ELEITORAL

Partidos políticos. Conceito. História. Representação Político-partidária. Sistemas partidários. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Órgãos Partidários. Registros dos Partidos Políticos. Fundo Partidário. Fidelidade partidária. Aspectos constitucionais, legais e éticos. Processo Eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatos. Impugnação do registro de candidatura.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O Poder Público em juízo. Mandado de segurança. Ação Popular. Habeas data. Ação de improbidade administrativa. Execução fiscal e execução contra a Fazenda Pública. Suspensão de segurança.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Direitos e deveres funcionais da magistratura. Código de Ética da Magistratura Nacional. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

DIREITO AMBIENTAL

Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência. Legislação ambiental de parcelamento do solo e da cidade.

PONTO 4

DIREITO CIVIL

Direito das Obrigações. Modalidades das obrigações. Obrigações de dar, fazer e não fazer. Obrigação natural. Obrigações alternativas. Obrigações facultativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Indivisibilidade e solidariedade. Obrigações de meio, de resultado e de garantia. Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. Obrigações *propter rem*.

Direito das coisas: Direito de vizinhança. Propriedade. Função social. Propriedade urbana e rural. Abuso do direito de propriedade. Aquisição da propriedade imóvel e móvel. Direito real do promitente comprador. Direito de laje. Perda da propriedade. Usucapião. Aquisição pelo registro do título no Registro de imóveis. Acesso. Princípios do direito registrário.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Responsabilidade por fato do produto e do serviço no CDC. Defeito de produto. Defeito de serviço. A responsabilidade pelo evento danoso qualificado como fato do produto. Solidariedade e defeito. Posição do comerciante, do importador, do fabricante e de outros fornecedores. O direito de regresso. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas.

DIREITO EMPRESARIAL

Direitos e Obrigações relativas à propriedade industrial. Noções gerais de propriedade intelectual e propriedade industrial. Regime jurídico. Invenção. Desenho Industrial. Modelo de Utilidade. Marca. Patente. Direito Autoral. Segredo Industrial e segredo comercial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Controle de Constitucionalidade. Controle concentrado de constitucionalidade; ação direta de constitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle difuso e incidental de constitucionalidade. Efeitos das decisões de inconstitucionalidade e de constitucionalidade. Modulação temporal dos efeitos. Técnicas de decisão no controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal. Controle da constitucionalidade abstrato. Controle da Constitucionalidade em âmbito estadual. A Constituição do Estado de São Paulo como parâmetro para o Controle de Constitucionalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo. A processualidade administrativa. O processo como instrumento da ação administrativa. Princípios do processo administrativo. Finalidades do processo administrativo. Leis Gerais de processo administrativo. Mecanismos de controle do processo administrativo. Procedimentos em espécie. Processo administrativo no Estado de São Paulo (Lei estadual 10.177/1998).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Taxas e preços públicos. Pedágio. Impostos extraordinários. Contribuições.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Dos crimes contra a fé pública.

Legislação Penal Especial: Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/06). Parcelamento de Solo Urbano (Lei nº 6.766/79)



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Acolhimento.
Medidas Socioeducativas.

DIREITOS HUMANOS

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Do processo penal em geral. Princípios Constitucionais e fontes do processo penal. Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Da ação civil (arts. 63 a 68 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990).

DIREITO ELEITORAL

Direito Eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao processo eleitoral. Campanha eleitoral. Financiamento dos Partidos Políticos, controle de arrecadação e prestação de contas. Captação ilícita de recursos. Abuso de poder político e econômico.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois da instauração do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral. Instauração da arbitragem. Ação para obtenção do compromisso arbitral. Substituição e renúncia do árbitro. Responsabilidade do árbitro. Dever de revelação. Eficácia dos precedentes judiciais na arbitragem. Cooperação recíproca entre Poder Judiciário e Tribunal Arbitral.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU). Direitos fundamentais, direitos humanos e direito natural.

DIREITO AMBIENTAL

Urbanismo. Meio ambiente urbano. Instrumentos urbanísticos de tutela do meio ambiente. A ética ambiental, o Estatuto da Cidade e o Estatuto da Metrópole. Regularização fundiária urbana e rural. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Áreas de risco. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Direito dos desastres e catástrofes.

PONTO 5

DIREITO CIVIL

Direito das obrigações: Pagamento. Quem deve pagar e daqueles a quem se deve pagar. Objeto do pagamento e sua prova. Lugar e tempo do pagamento. Extinção da obrigação sem pagamento: novação, compensação, confusão e remissão. Pagamentos especiais. Pagamento por consignação e com sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento.

Direito de Família: Relações de Parentesco. Paternidade e filiação. Paternidade *post mortem*. Filiação por reprodução assistida. Reconhecimento da paternidade voluntário e judicial. Filiação biológica e socioafetiva. Ação investigatória e negatória. Multiparentalidade. Alimentos entre parentes, cônjuges e companheiros.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Responsabilidade por vício do produto e do serviço no CDC. Conceitos e distinções entre vício e defeito. Vícios de qualidade e de quantidade. Os produtos *in natura*. Consequências do vício. A legítima expectativa do consumidor e os vícios de produtos e serviços. Cobranças de dívidas. Bancos de dados. Cadastros de consumidores. Propaganda dirigida ao público infantil.

DIREITO EMPRESARIAL

Disciplina jurídica da concorrência. Concorrência desleal. Repressão civil e penal. Infração da ordem econômica. Sanções por infração da ordem econômica. A atividade empresarial e a publicidade: tutela do consumidor. Responsabilidade civil pela atividade empresarial e no âmbito do Direito do Consumidor.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ministério Público.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bens Públicos. Natureza jurídica. Aplicação do regime público a bens do domínio privado. Espécies de bens públicos. Inalienabilidade, impenhorabilidade, imprescritibilidade dos bens públicos. Afetação e desafetação. Aquisição e alienação de bens públicos. Diferentes tipos de uso. Uso privativo pelo particular. Concessão, permissão e autorização de uso. Concessão de Direito real de uso. Concessão de uso especial para fins de moradia. Bens de titularidade dos povos originários e comunidades tradicionais e sua identificação. Fruição exclusiva de bens públicos imóveis por particulares. A concessão de bens públicos e suas modalidades. Terras devolutas e seu regime jurídico. Terrenos de marinha e seu regime jurídico.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imunidades Tributárias. Conceito, definição e natureza. Imunidade e isenção. Imunidade recíproca. Imunidade dos templos de qualquer culto, dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à impressão. Outras hipóteses de imunidade. Imunidades de taxas e de contribuições.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Dos crimes contra a administração pública.

Legislação Penal Especial: Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84). Preconceito de Raça e de Cor (Lei nº 7.716/89).



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Direitos da criança e do adolescente – Constituição Federal, Estadual e Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITOS HUMANOS

Direito dos Povos originários. Reconhecimento, demarcação, uso e gestão de terras indígenas. Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Do processo penal em geral. Princípios Constitucionais e fontes do processo penal. Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Da competência (arts. 69 a 91 do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Organizações criminosas (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013). Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

DIREITO ELEITORAL

Representação. Sufrágio. Natureza. Extensão. Valor do sufrágio. Tipos de sufrágio. Sistemas Eleitorais. Sistema Majoritário. Sistema Proporcional. Propaganda política. Propaganda eleitoral. Normas legais e regulamentares. Jornalismo, propaganda e mídia no Direito Eleitoral. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão e direito de resposta. Propaganda eleitoral na *internet*. Uso da inteligência artificial (IA) na propaganda eleitoral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Defesa do executado no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial. Ações autônomas de impugnação à execução. Exceção de pré-executividade.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Fontes do direito objetivo. Princípios gerais de direito. Precedente. Jurisprudência. Súmula. Teses jurídicas vinculantes. Interpretação e integração do direito. Compreensão elementar da história do direito.

DIREITO AMBIENTAL

Instrumentos processuais da tutela ambiental. Inquérito civil. TAC. Ação civil pública. Ação popular constitucional. Mandado de segurança coletivo. Mandado de injunção. Ação penal pública ambiental.

PONTO 6

DIREITO CIVIL

Direito das obrigações: Cessão de crédito. Assunção de débito. Cessão de posição contratual. Inadimplemento e mora. Disposições gerais. Perdas e danos. Juros legais e convencionais. Atualização monetária. Excludentes de responsabilidade. Cláusula Penal. Arras. Preferências e Privilégios creditórios. Adimplemento substancial. Violação positiva do contrato.

Parte Geral e Direito de Família: Pessoas naturais. Direitos da Personalidade. Início e fim da personalidade. Estatuto da pessoa com deficiência. Estatuto do Idoso. Tutela, curatela e tomada de decisão apoiada. Direito de autor. Registros Públicos. Marco Civil da Internet. Lei Geral de Proteção de Dados e proteção de dados pessoais.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Responsabilidade do profissional liberal no CDC. Conceito de Profissional Liberal. As atividades de meio e de resultado no CDC. Profissional liberal e pessoa jurídica: responsabilidade subjetiva ou objetiva? O ônus da prova e o profissional liberal. Responsabilidade do profissional da saúde, do hospital e do plano de saúde. Responsabilidade civil do advogado e o CDC.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria Geral do Direito Societário. Ato constitutivo das sociedades. Classificação das sociedades. Da sociedade não personificada e personificada. Sociedades simples e sociedades empresárias. Sociedades dependentes de autorização. Desconsideração da personalidade jurídica. Microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte (Lei Complementar n. 123/2006 e alterações). A responsabilidade dos sócios. A distribuição de lucros.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos fundamentais. Direitos Fundamentais Coletivos. Teoria geral dos direitos fundamentais. Direitos humanos e direitos fundamentais: distinções e aproximações. Cláusula de abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais. Titularidade dos Direitos e garantias fundamentais. A dupla dimensão objetiva e subjetiva dos direitos e garantias fundamentais. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas. Limites e restrições de direitos fundamentais. Direitos civis e políticos. Tratados e convenções internacionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Delegação do serviço público. Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. Concessões comuns patrocinadas e administrativas. Remuneração do serviço público concedido. Competências do poder concedente. Regime jurídico dos bens necessários e úteis à concessão. Intervenção do poder concedente no concessionário. Reversibilidade de bens. Extinção da concessão e suas modalidades. Direitos dos concessionários e direitos dos usuários. Garantias aos usuários.

Parceria público privada. Conceito e modalidades. Regime jurídico. Contraprestação pecuniária e aporte. Requisitos. Regime de garantias. Atividades delegáveis e indelegáveis por meio de parcerias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Regra da incidência tributária. Regra matriz da incidência tributária. Hipótese tributária e fato jurídico tributário. Acepção de fato gerador. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional.

**DIREITO PENAL**

Parte Geral.

Parte Especial: Dos crimes contra a incolumidade pública.

Legislação Penal Especial: Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.078/90).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Fiscalização de serviços de Acolhimento.

Direito à vida, saúde, liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária. Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

DIREITOS HUMANOS

Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente. Normas internacionais de proteção à mulher, idosos e às pessoas com deficiência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Das disposições preliminares (arts. 1º a 3º do CPP). Das questões e processos incidentes (arts. 92 a 154 do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999). Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995).

DIREITO ELEITORAL

Justiça Eleitoral. Organização. Competência. Classificações. Modelo brasileiro. Outros modelos. A ética do Juiz Eleitoral. Garantias Eleitorais: liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra atentado à liberdade de voto. Captação ilícita de sufrágio. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tutela dos interesses transindividuais. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não-judiciais de composição de litígios.

DIREITO AMBIENTAL

A comunidade e a tutela constitucional do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário. Responsabilidade administrativa ambiental. Responsabilidade civil ambiental.

PONTO 7**DIREITO CIVIL**

Contratos em geral. Princípios do direito contratual. Cláusulas gerais. Boa-fé objetiva e suas funções. Função social do contrato. Interpretação dos contratos. Classificação dos contratos. Contrato preliminar. Contratos coligados. Elementos constitutivos, pressupostos de validade e fatores de eficácia dos contratos. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Contrato com pessoa a declarar.

Responsabilidade civil: Modalidades de responsabilidade civil. Responsabilidade civil e penal, e sua interferência. Responsabilidade contratual e aquiliana. Excludentes de responsabilidade civil. Caso fortuito e força maior. Cláusula de não indenizar. Fato exclusivo e concorrente da vítima. Excludentes de ilicitude civil. Responsabilidade civil por ato lícito. Abuso de Direito.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Publicidade abusiva e enganosa no CDC. Conceitos e espécies. A responsabilidade das agências de publicidade, dos anunciantes, dos veículos de comunicação e das celebridades na publicidade enganosa. A publicidade enganosa por ação e omissão. Publicidade que envolve criança e idoso. Possibilidade de indenização dos danos individuais, coletivos, morais e materiais.

DIREITO EMPRESARIAL

Sociedade em conta de participação. Teoria, história, conceito, características e natureza. Sócio ostensivo e sócio oculto. Contratos bancários e Sistema Financeiro Nacional. Contratos de seguro e Sistema Nacional de Seguros Privados. Mudanças trazidas pela Lei n. 14.195/2021- Lei do Ambiente de Negócios, sobre a facilitação para a abertura de empresas, proteção de acionistas minoritários, facilitação do comércio exterior, criação do Sistema Integrado de Recuperação de Ativos, consolidação da Sociedade Limitada Unipessoal e extinção da EIRELI.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos da cidadania. Direito de sufrágio. Plebiscito, referendo e iniciativa popular.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Contratos administrativos. Leis n. 8.666/93 e 14.133/2021. Conceituação. Modalidades. Regime Jurídico fundamental. Teoria Geral do contrato administrativo. Contratos administrativos e contratos da administração. Convênios administrativos. Formação, execução, alteração e extinção dos contratos administrativos típicos. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos: conceito, fundamento e hipóteses. A alocação dos riscos no contrato administrativo. As competências anômalas da administração pública. A modificação do contrato administrativo. A extinção do contrato administrativo. As garantias ao particular contratado. Consórcios públicos. Natureza jurídica, requisitos e procedimento de formação e extinção. Contratos de programa. Contratos de rateio.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Relação jurídica tributária. Obrigação tributária no Código Tributário Nacional – Principal e acessória. Sujeito ativo e passivo. Sujeito passivo e solidariedade. Contribuinte e responsável. Definição da dívida tributária. Base de cálculo e alíquota.

**DIREITO PENAL**

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a paz pública.

Legislação Penal Especial: Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Crimes contra a Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96)

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Fiscalização de Programas de Cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Perda e suspensão do poder familiar

DIREITOS HUMANOS

Convenção das Nações Unidas para refugiados (Convenção de Genebra) e Protocolo 1967. Lei nº 9.474/97.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (arts. 251 a 281 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006). Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017).

DIREITO ELEITORAL

Justiça Eleitoral no Brasil. Evolução histórica. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral e controle de legalidade. A atividade consultiva da Justiça Eleitoral. As Resoluções normativas da Justiça Eleitoral e seus limites. Eleição. Atos preparatórios. Fiscalização. Apuração e diplomação dos eleitos. Recurso contra a expedição de diploma.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Processos estruturais.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

DIREITO AMBIENTAL

Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA. Tutela e responsabilidade civil. Responsabilidade administrativa.

PONTO 8**DIREITO CIVIL**

Contratos em geral. Cessão de posição contratual e subcontrato. Extinção dos contratos. Distrato e rescisão unilateral. Resolução por inadimplemento e por onerosidade excessiva. Cláusulas resolutivas tácita e expressa. Exceção do contrato não cumprido. Onerosidade excessiva, quebra da base objetiva e frustração do contrato. Revisão do contrato e suas modalidades.

Responsabilidade civil: Princípios da solidariedade, prevenção e reparação integral do dano. Teorias subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. Ilícito. Culpa. Risco. Modalidades de risco. Dano material e dano moral. Dano estético. Dano à imagem. Perda de uma chance. Liquidação do dano. Nexo causal. Responsabilidade pré e pós contratual.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Decadência e prescrição no CDC. Conceito de prescrição e de decadência. Previsão no CDC e no CC – um diálogo necessário. Início de contagem do prazo. Casos de interrupção. Formas de reclamação do consumidor. Garantia legal e a garantia contratual. Produto durável e não durável. Vício de fácil constatação e vício oculto. Diálogo com CC (vícios redibitórios). Garantia e produtos usados. Vendas feitas em leilões.

DIREITO EMPRESARIAL

Sociedade limitada. Conceito. Características e natureza. Cotas, administração, conselho fiscal, deliberação dos sócios, aumento e redução de capital, resolução da sociedade em relação a sócios minoritários e dissolução. Código Civil, legislação em geral e regulamentação (Decreto n. 3.708/2019).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Direitos Sociais e Coletivos. Direitos fundamentais sociais. O princípio da proibição de retrocesso. A garantia do mínimo existencial. Direito à saúde, assistência e previdência sociais. Direito à alimentação, moradia, educação e lazer. O direito ao trabalho. O direito ao meio ambiente saudável e equilibrado. O direito à proteção da infância e da juventude, da maternidade e do idoso. O direito à cultura e ao patrimônio histórico-cultural. Direito à proteção dos povos originários, das pessoas negras e das pessoas com deficiência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Licitação. Fundamento constitucional. Normas gerais sobre licitação. Princípios e regras fundamentais. Inexigibilidade e dispensa. Contratação direta. Pregão. Regime diferenciado de contratação. Tipos de licitação. Fases do procedimento licitatório. Lei 8.666/93 e 14.133/2021.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Crédito Tributário. Lançamento. Natureza jurídica. Características, efeitos e modalidades. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Extinção das obrigações tributárias. Exclusão do crédito tributário.

**DIREITO PENAL**

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a família.

Legislação Penal Especial: Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06). Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96)

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Parte Geral - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Colocação em família substituta: Guarda, tutela, adoção e adoção internacional.

DIREITOS HUMANOS

Controle de convencionalidade.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Das citações e intimações (arts. 351 a 372 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999).

DIREITO ELEITORAL

Capacidade eleitoral: requisitos. Limitações derivadas do não cumprimento do dever eleitoral. Alistamento eleitoral. Fases do alistamento. Efeitos do alistamento. Cancelamento. Exclusão. Revisão do eleitorado. Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo penal eleitoral: prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Ação penal eleitoral e recursos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: inventário e partilha, embargos de terceiro, oposição, ações de família, habilitação, restauração de autos, ação monitória, homologação de penhor legal, regulação de avaria grossa.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

História da filosofia do direito: Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Bentham.

DIREITO AMBIENTAL

Jurisprudência das Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Jurisprudência dos Tribunais Superiores em matéria ambiental. Tutela jurisdicional do meio ambiente.

PONTO 9**DIREITO CIVIL**

Contratos. Locação de coisas. Lei do Inquilinato. *Built to suit*. Comodato. Mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Comissão. Corretagem. Transporte. Fiança. Transação. Compromisso. Contrato de administração fiduciária de garantias. Atos unilaterais. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Promessa de recompensa. Gestão de negócios.

Parte Geral: Fatos, atos jurídicos e negócios jurídicos. Representação. Condição, termo e encargo. Distinções entre nulidade e anulabilidade. Atos lícitos e ilícitos. Abuso de direito. Prescrição e decadência. Prova do negócio.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Superendividamento. Proteção de crédito e direito do consumidor. Desconsideração da personalidade jurídica no CDC. Alcance do artigo 28 do CDC. Bancos de dados e responsabilidade civil. Responsabilidade dos fornecedores e das entidades que organizam os bancos de dados de proteção ao crédito.

DIREITO EMPRESARIAL

Sociedade anônima. Conceito, características, natureza, espécies e forma. Constituição da Companhia. Capital social. Órgãos. Ações, partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição. Dissolução. Liquidação e Extinção. Incorporação, Fusão e Cisão. Sociedades Coligadas, Controladoras e Controladas. Subsidiária Integral. Grupos de Sociedades. Consórcio, deveres e responsabilidades. Disciplina da Lei n. 6.404/1976.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Normas constitucionais: hermenêutica e filosofia constitucional. Métodos de interpretação. Aplicabilidade e eficácia. Interpretação constitucional. Princípios da interpretação constitucional. Princípio da Unidade da Constituição. O princípio da concordância prática ou da harmonização. A chamada ponderação no campo da interpretação constitucional. Proporcionalidade e razoabilidade como princípios e critérios de interpretação constitucional. O princípio da supremacia da Constituição. O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição. O princípio da força normativa da Constituição. Princípio da Interpretação das Leis conforme a Constituição. Divisão e separação de poderes.

Princípios fundamentais. Função, classificação e eficácia dos princípios constitucionais fundamentais. Princípio da dignidade da pessoa humana. O princípio democrático e a soberania popular. O princípio do pluralismo político. O princípio do Estado de Direito e seus subprincípios. O princípio republicano. O princípio federativo. Os princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Serviços públicos. Conceito e identificação. Regime jurídico. Regime tarifário. Serviços públicos em regime de exclusividade e em regime de competição. Regulação de serviços públicos. Regime dos bens afetos à prestação de serviço público. Serviços públicos e serviços sociais. Serviços públicos e atividade econômica. Características fundamentais. Classificação e espécies. Serviço público adequado. Lei de defesa do usuário público (Lei 13.460/2017).

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Infrações e sanções tributárias. Espécies de infração tributárias. A fraude e o abuso de direito no ordenamento jurídico tributário. Infrações no Código Tributário Nacional.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a Fé Pública

Legislação Penal Especial: Violência Doméstica (Lei nº 11.340/06). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97)

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Parte Geral – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

DIREITOS HUMANOS

Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de Direitos Humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Da sentença (arts. 381 a 393 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006). Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989).

DIREITO ELEITORAL

Elegibilidade. Inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais ou legais. Arguição judicial de inelegibilidade. Domicílio Eleitoral. Filiação Partidária. Capacidade eleitoral passiva. Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo penal eleitoral: prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Ação penal eleitoral e recursos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Coisa julgada formal e material. Limites subjetivos, objetivos e cronológicos. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Coisa julgada e resolução de questão prejudicial. Relativização da coisa julgada.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Ética e Direito. Epistemologia jurídica. Dogmática jurídica. Axiologia jurídica. Ontologia jurídica.

DIREITO AMBIENTAL

Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna. Proteção da vegetação nativa, áreas de Preservação Permanente, áreas de Reserva Legal. Patrimônio ambiental cultural. Tombamento.

PONTO 10**DIREITO CIVIL**

Contratos. Doação. Disposições gerais. Invalidez. Revogação. Locação de coisas. Locação de imóveis urbanos. *Built to Suit*. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Contrato com pessoa a declarar. Seguro. Disposições gerais. Seguro de dano e seguro de pessoa. Seguro de responsabilidade civil. Contratos referentes a planos e seguros privados de assistência à saúde. Mora em contratos de seguro.

Parte Geral: Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. Invalidez do negócio jurídico. Nulidade. Simulação. Distinções entre nulidade e anulabilidade. Conversão do negócio jurídico.

DIREITO DO CONSUMIDOR

A Oferta no CDC. A oferta no CC e no CDC - diferenças. Proteção contratual. Disposições gerais. Cláusulas abusivas. O descumprimento da oferta e a responsabilidade contratual do fornecedor. O erro na oferta. Solidariedade na responsabilidade contratual pela oferta. Publicidade e oferta. Comércio eletrônico e direito do consumidor.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Conceito, atributos e princípios gerais dos títulos de crédito. Títulos de crédito no Código Civil e na legislação em geral (interna e internalizada). Letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos do agronegócio. Títulos eletrônicos ou virtuais. Aceite, aval, endosso, protesto, prescrição. Ações cambiais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios constitucionais da administração pública.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estrutura da administração pública. Administração direta e indireta. Órgãos e entes públicos. Princípios da administração indireta. Controle hierárquico. Empresas estatais: espécies e diferenças. Regime jurídico e governança das empresas estatais. Controle dos entes da administração indireta. Pessoas jurídicas e órgãos. Órgãos Públicos. Desconcentração e descentralização. Administração direta e administração indireta. Administração indireta e sua composição.

Regulação econômico-social. Conceito e identificação. O modelo de Estado-Regulador. Agências Reguladoras. Conceito. Regime Jurídico. Competências normativas. Controle dos atos das agências. A lei das Agências Reguladoras Federais (Lei Federal n. 13.848/2019). Limites da intervenção estatal na liberdade econômica (Lei 13.874/2019). A lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). Limites da intervenção estatal na liberdade econômica (Lei 13.874/2019).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Tipicidade, vinculabilidade tributária e denúncia espontânea. Fraude à execução.

**DIREITO PENAL**

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra o patrimônio

Legislação Penal Especial: Lei de Armas (Lei nº 10.826/03). Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Medidas de proteção e prevenção. Disposições gerais e especiais.

DIREITOS HUMANOS

Fontes naturais e históricas dos direitos humanos.

Sistema global de proteção aos direitos humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Das disposições gerais (arts. 791 a 811 do CPP). Execução penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996).

DIREITO ELEITORAL

Crimes eleitorais. Tipos penais e sanções. Processo penal eleitoral: prisão e período eleitoral. Competência, conexão e continência em matéria eleitoral. Ação penal eleitoral e recursos. Democracia participativa. Institutos de participação popular. Plebiscito. Referendo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. *Amicus curiae*. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

O conceito de Direito. Equidade. Juízo de equidade. Direito e moral.

DIREITO AMBIENTAL

Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança. Política Nacional da Biodiversidade.

PONTO 11**DIREITO CIVIL**

Direito das Coisas: Condomínio geral. Condomínio edilício. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples. Condomínio em multipropriedade. Loteamentos de acesso controlado. Concessão de direito real de uso. Perda da propriedade. Usucapião.

Direito de Família: Princípios e modalidades de família. Efeitos do casamento: sociais, pessoais e patrimoniais. Pacto antenupcial. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Danos morais em direito de família. União estável e concubinato. Requisitos e efeitos pessoais e patrimoniais. União homoafetiva.

DIREITO DO CONSUMIDOR

As práticas abusivas no CDC. Modalidades e efeitos. O direito de arrependimento. Proteção contratual. Comércio eletrônico. O dever de informar e a redação dos contratos. Contratos de adesão. Superendividamento. Proteção de crédito e direito do consumidor. Cadastros de consumidores.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria Geral do direito dos contratos. Intervenção mínima. O Comércio eletrônico. Contratos empresariais. Contratos típicos e atípicos. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração. Comissão. Representação Comercial. Concessão Comercial. Grupo econômico. Sucessão Empresarial. Franquia (franchising). Distribuição. Alienação fiduciária em garantia. Faturização (*factoring*). Arrendamento mercantil (leasing). Cartão de crédito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

O Poder Judiciário na Constituição. Competências e atribuições: Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais e Juízes Eleitorais, Tribunais e Juízes Militares, Tribunais de Justiça e Juízes dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Juizados Especiais. Funções essenciais à Justiça. Garantias e Deveres da Magistratura. O estatuto da Magistratura. Atividade correicional. Estrutura e formação dos Tribunais. Quinto constitucional. Conselho Nacional de Justiça. Autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário.

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil, extracontratual ou aquiliana do Estado. Panorama teórico e evolutivo da responsabilidade civil do Estado: a importância da jurisprudência francesa. Responsabilidade objetiva na Constituição. Causas excludentes e atenuantes. Regime Constitucional da responsabilidade civil do Estado. A questão da responsabilidade objetiva dos Estados e seus limites. A responsabilidade civil do Estado por atos legislativos e jurisdicionais, inclusive por erro judiciário. A reparação do dano e sua abrangência. A relevância dos aspectos processuais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Garantias e privilégios do crédito tributário.

**DIREITO PENAL**

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a dignidade Sexual.

Legislação Penal Especial: Lavagem ou Ocultação de Bens, Dinheiro e Valores (Lei nº 9.613/98). Proteção de Testemunhas (Lei nº 9.807/99)

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Medidas Socioeducativas.

Sistema de Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (Lei nº 13.431/17).

DIREITOS HUMANOS

Princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Direitos Consagrados nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil for parte. Hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Da ação penal (arts. 24 a 62 do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989). Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

DIREITO ELEITORAL

Democracia participativa. Institutos de participação popular. Plebiscito. Referendo. Processo Eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatas. Impugnação do registro de candidatura.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Cumprimento de sentença e execução. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica.

DIREITO AMBIENTAL

Deveres genéricos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Deveres específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.

PONTO 12**DIREITO CIVIL**

Direito das Coisas: Direito de vizinhança. Direito de superfície. Direito de laje. Direitos reais sobre coisas alheias: superfície, servidão, usufruto, uso e habitação. Direitos reais de garantia. Disposições gerais. Efeitos. Cláusula comissória. Hipoteca. Penhor. Marco Legal das garantias (Lei n. 14.711/23). Direitos reais de aquisição. Direito real de promitente comprador.

Responsabilidade civil: Teorias subjetiva e objetiva. Elementos da responsabilidade civil. O ilícito. A culpa. O risco. Modalidades de risco. Dano. Dano material e dano moral. Dano estético. Dano à imagem. Perda de uma chance. Liquidação do dano. Nexo causal e suas teorias O terceiro ofensor e o terceiro ofendido.

DIREITO DO CONSUMIDOR

As cláusulas abusivas do CDC. Aspectos Gerais. A lista geral do artigo 51 do CDC. A análise da norma geral contida no inciso IV do artigo 51 do CDC. Efeitos. Sanções administrativas.

DIREITO EMPRESARIAL

Contratos bancários. Contratos de seguro. O empresário e a relação de consumo. Da tutela contratual dos consumidores. A relação de consumo no Direito do Espaço Virtual. O Código de Defesa do Consumidor e práticas comerciais. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Comércio eletrônico. Contratos de adesão e aplicação do Código de Defesa do Consumidor. LGPD em relações empresariais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle difuso de constitucionalidade. Mandado de injunção. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Organização funcional: cargos, empregos e funções públicas. Servidores públicos. Regime jurídico único. Direitos e obrigações. Processo disciplinar. Regimes jurídicos funcionais. Regime de previdência do servidor público: aspectos constitucionais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Administração tributária. Atividade da administração tributária. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias. Dever de sigilo. Dívida ativa e certidões negativas.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a pessoa.

Legislação Penal Especial: Crimes contra a criança e o adolescente (Lei nº 8.069/90). Idosos (Lei nº 10.741/03).

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Conselho Tutelar.

Lei Henry Borel.

DIREITOS HUMANOS

Controle de convencionalidade interno e externo.

Sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Da competência (arts. 69 a 91 do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995). Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017).

DIREITO ELEITORAL

Campanha eleitoral. Financiamento dos Partidos Políticos, controle de arrecadação e prestação de contas. Captação ilícita de recursos. Abuso de poder político e econômico. Capacidade eleitoral: requisitos. Limitações derivadas do não cumprimento do dever eleitoral. Alistamento eleitoral. Fases do alistamento. Efeitos do alistamento. Cancelamento. Exclusão. Revisão do eleitorado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Recursos em espécie: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recursos extraordinário e especial, embargos de divergência, agravo interno. Julgamento estendido em caso de divergência.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Conceitos fundamentais do direito da antidiscriminação. Modalidades de discriminação.

DIREITO AMBIENTAL

Bem jurídico ambiental. Direito do ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais.

PONTO 13**DIREITO CIVIL**

Direito das Coisas: Usucapião. Direitos reais de garantia. Disposições gerais. Hipoteca. Penhor. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Marco legal das garantias (Lei n. 14.711/23). Cláusula comissória. Alienação fiduciária em garantia no Código Civil e na legislação. Cessão fiduciária de crédito. Patrimônio separado. Patrimônio de afetação. Securitização. Incorporação imobiliária.

Direito de Família. Princípios e modalidades de família. Casamento. Impedimentos e causas suspensivas. Habilitação e celebração. Espécies (tipos) de casamento. Casamento putativo. Efeitos do casamento. Pacto antenupcial. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Separação de fato.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Defesa do consumidor em juízo. Disposições gerais. As ações individuais e coletivas de consumo O alcance do artigo 83 do CDC. O litisconsórcio e a intervenção de terceiros nas ações individuais e nas ações coletivas. Diferenciação dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria Geral da Falência. Órgãos da falência. Efeitos da falência. Processo de falência. Pedidos de restituição. Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Classificação e pagamento dos credores. Encerramento da falência. Liquidação extrajudicial de instituições financeiras e entidades equiparadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Judiciário. Tribunais e juízes estaduais. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Disciplina do Poder Judiciário na Constituição Paulista. Controle de Constitucionalidade dos atos estaduais e municipais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Desapropriação. Hipóteses e espécies. Desapropriação indireta. Desapropriação por zona. Desapropriação urbanística. Promoção de atos expropriatórios pelos particulares: hipótese e requisitos. Efeitos do decreto de utilidade pública. Destinação dos bens desapropriados. Hipóteses de desapropriação punitiva. Desapropriação por acordo e judicial: diferenças. Desapropriação de bens públicos de outro ente da federação. Decreto-Lei 3365, de 21 de junho de 1941.

Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas. Estatuto da cidade. Estatuto da Metrópole. Regularização fundiária urbana. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Áreas de risco. Lei 12.608, de 10 de abril de 2012. Direitos dos desastres e catástrofes.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência tributária. Tributos da União, dos Estados e dos Municípios. Orçamento Público e Direito Tributário.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a administração pública.

Legislação Penal Especial: Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei de criminalização do Bullying e do Cyberbullying.

**DIREITOS HUMANOS**

Tribunal de Nuremberg e as lições históricas e jurídicas dele decorrentes.
Normas internacionais de proteção à mulher, idosos e pessoas com deficiência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Das questões e processos incidentes (arts. 92 a 154 do CPP). Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória (arts. 282 a 350 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996). Organizações criminosas (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013).

DIREITO ELEITORAL

Propaganda política. Propaganda eleitoral. Normas legais e regulamentares. Jornalismo, propaganda e mídia no Direito Eleitoral. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão e direito de resposta. Propaganda eleitoral na *internet*. Processo Eleitoral. Convenções partidárias. Registro de candidatos. Impugnação do registro de candidatura.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ações autônomas de impugnação. Ação rescisória. Reclamação.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Cognição do juiz e tomada de decisão. Função judicial e pragmatismo. Consequencialismo. Racionalismo. Empirismo.

DIREITO AMBIENTAL

Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio do usuário-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade.

PONTO 14**DIREITO CIVIL**

Direito de Família: Relações de Parentesco. Paternidade e filiação. Danos morais nas relações familiares. Poder familiar. Proteção da pessoa dos filhos. Guarda e regime de convivência (visitas). Alienação parental. Abandono afetivo. Usufruto e administração dos bens dos filhos. Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada.

Contratos. Vícios redibitórios. Evicção. Compra e venda. Cláusulas especiais. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Compromisso de compra e venda. Imóveis loteados, não loteados e em incorporação imobiliária. Imóveis rurais. Doação. Disposições gerais. Invalidez. Revogação. Locação de coisas. Locação de imóveis urbanos. *Built to Suit*. Comodato. Mútuo.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Coisa julgada e liquidação nas ações individuais e coletivas de consumo. A interpretação dos artigos 103 e 104 do CDC. Liquidação de sentença nas ações coletivas de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. A execução nas ações individuais e nas ações coletivas. O crédito do consumidor no concurso de credores e na falência.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria Geral da Recuperação da empresa. Recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Órgãos da recuperação judicial. Processo da recuperação. Verificação dos créditos. Lei Complementar n. 182/2021 – Marco Legal das Startups.

DIREITO CONSTITUCIONAL

A ordem econômica e financeira. Tributação e orçamento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Responsabilidade administrativa, civil e criminal do agente público. Improbidade administrativa (Lei 8429/1992 e 14.230/2021). O sancionamento por improbidade administrativa. Conceituação e hipóteses legais da improbidade administrativa. AS alterações da Lei 14.230/2021 quanto às hipóteses de improbidade administrativa. A ação de improbidade administrativa introduzida pela Lei 14.230/2021. A prescrição da pretensão relativa à improbidade administrativa. A prescrição intercorrente. Prazos e regimes. Lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Competência tributária. Tributos da União, dos Estados e dos Municípios. Orçamento público e direito tributário.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Parte Especial: Crimes contra a Fé Pública.

Legislação Penal Especial: Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95). Escuta Especializada (Lei nº 13.431/15).

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Fiscalização de programas de cumprimento de medidas socioeducativas.

Princípio da condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

DIREITOS HUMANOS

Direito dos povos originários.

Demarcação de terras indígenas.

Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Das citações e intimações (arts. 351 a 372 do CPP). Dos processos em espécie (arts. 394 a 497 e 513 a 555 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Proteção a testemunhas (Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999). Violência doméstica (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

DIREITO ELEITORAL

Garantias Eleitorais: liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra atentado à liberdade de voto. Captação ilícita de sufrágio. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político. Representação. Sufrágio. Natureza. Extensão. Valor do sufrágio. Tipos de sufrágio. Sistemas Eleitorais. Sistema Majoritário. Sistema Proporcional.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Recursos. Princípios gerais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Automação do processo. Inteligência artificial e direito. Audiências virtuais. Julgamentos remotos.

DIREITO AMBIENTAL

Fundamentos éticos e filosóficos do direito ambiental.

PONTO 15**DIREITO CIVIL**

Sucessões. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade para testar. Formas de testamento. Disposições testamentárias. Codicilo. Legados. Direito de acrescer e substituições. Execução do testamento. Revogação, redução e rompimento. Deserdação. Sonegados. Colação e doação inoficiosa. Inventário e partilha.

Parte geral: Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Personalidade jurídica da pessoa jurídica. Classificação. Associações. Fundações. Sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica. Entes sem personificação jurídica e novos sujeitos de direito. Domicílio e Bens. Diferentes classes de bens. Patrimônio e patrimônio separado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Superendividamento. Princípios, ações e direitos básicos. Créditos sujeitos ao superendividamento. Fornecimento de crédito responsável. Fraude na contratação. Empréstimo consignado. Processo judicial e poderes do juiz.

DIREITO EMPRESARIAL

Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Letra de Câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos eletrônicos ou virtuais. Aceite, aval, circulação, endosso, protesto, prescrição. Ações cambiais. Lei n.14.193/2021 – SAF – Sociedade Anônima do Futebol. Lei Complementar n.182/2021 – Marco Legal das Startups.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constitucionalismo e Teoria da Constituição. Conceito e características. A Constituição em perspectiva histórico-evolutiva. Constitucionalismo contemporâneo. Poder Constituinte. Emendas Constitucionais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Controle da administração pública. Conceituação. Espécies de controle. Controle interno e externo. Controle parlamentar, judicial, social e pelos Tribunais de Contas. Controle de legalidade e de economicidade. Controle operacional. Competências cautelares e sancionatórias dos órgãos de controle. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13). A disciplina dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal. Competências privativas do Tribunal de Contas. A natureza dos atos de controle dos tribunais de contas. Controle externo pelo Poder Judiciário. Controle pelo Poder Judiciário e separação de poderes. Limites do controle jurisdicional de atos administrativos. Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública. Mandado de segurança individual e coletivo. Requisitos do mandado de segurança. Mandado de segurança e providimentos cautelares. Efeitos da concessão e da denegação do mandado de segurança. Ação popular e seu regime constitucional. Requisitos da ação popular. Efeitos da concessão e da denegação da ação popular. Ação civil pública e seu regime constitucional. A legitimação ativa para a ação civil pública. As hipóteses de cabimento da ação civil pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Ações de natureza tributária. As execuções fiscais. Transações tributárias. Emenda Constitucional n. 132/2023.

DIREITO PENAL

Parte Geral.

Legislação Penal Especial: Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/19). Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06). Crimes de trânsito (Lei nº 9.503/97)

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Interpretação e aplicação de normas sobre infância e adolescência. Colocação em família substituta.

DIREITOS HUMANOS

Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de direitos humanos.



DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Do processo penal em geral. Princípios Constitucionais e fontes do processo penal. Das disposições preliminares (arts. 1º ao 3º do CPP). Da prova (arts. 155 a 250 do CPP). Da sentença (arts. 381 a 393 do CPP). Das nulidades e dos Recursos em Geral (arts. 563/667 do CPP). Prisão temporária (Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989). Crimes hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990).

DIREITO ELEITORAL

Eleição. Atos preparatórios. Fiscalização. Apuração e diplomação dos eleitos. Recurso contra a expedição de diploma. Ações judiciais eleitorais. Recursos Eleitorais. Ação rescisória eleitoral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tutela provisória. Tutela de urgência e tutela de evidência. Estabilização da tutela antecipada.

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Noções gerais de contratos Inteligentes, Blockchain e Algoritmos. Documento eletrônico, assinatura digital e seus atributos (autenticidade, integralidade, validade jurídica e interoperabilidade).

DIREITO AMBIENTAL

Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Nacional de Saneamento Básico, diretrizes, princípios, fins, instrumentos, titularidade, prestação de serviços, planejamento e regulação dos serviços públicos de saneamento básico. Poluição da água.

SEÇÃO VII

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SGP)

Subseção I - Atos (SGP I)

DESPACHO DA E. PRESIDENCIA

De 23.04.25:

Colocando BRUNA RENATA SCARDUELLI VIEIRA, mat. 376.916-A, Assistente Social Judiciário, à disposição da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ourinhos, ficando cessada a prestação de serviços cumulativos na referida Vara.

De 24.04.25:

Designando o 4º Ofício Cível do Foro Regional IX - Vila Prudente como posto de trabalho de WESLEY SILVA FRANCO, mat. 359.688-A, Escrevente Técnico Judiciário, ficando cessadas a designação anterior e a autorização para teletrabalho, a partir da data de disponibilização no DJE.

DESPACHO DA E. PRESIDENCIA

De 23.04.25:

Designando o Gabinete de Trabalho do Desembargador Paulo Celso Ayrosa Monteiro de Andrade como posto de trabalho de CATARINA DE ALMEIDA JORGE, mat. 356.499-A, ficando cessada a designação anterior, bem como as eventuais autorizações para teletrabalho nos termos do Capítulo II da Resolução nº 850/2021, a partir de 28/04/2025;

Nomeando CATARINA DE ALMEIDA JORGE, mat. 356.499-A, nos termos do artigo 20, inciso I da Lei Complementar nº 180/78 c.c. com o artigo 1º da Lei Complementar nº 195/78, para ocupar o cargo, em comissão, de Assistente Jurídico, decorrente da exoneração de Leonardo Onesti Esperidião (criado pela LC 972/2005), junto ao Gabinete de Trabalho do Desembargador Paulo Celso Ayrosa Monteiro de Andrade. DEVERÁ SER OBSERVADO O COMUNICADO Nº 1.919/14 DA SPRH.

De 24.04.25:

Exonerando JULIA WEITZ, mat. 378.403, nos termos do artigo 58, inciso I, § 1º, nº 2, da Lei Complementar nº 180/78 c.c. o artigo 1º da Lei Complementar nº 195/78, do cargo de Assistente Judiciário que ocupa, em comissão, no Gabinete da Juíza de 1ª Instância – Dra. Isabella Carolina Miranda Rodrigues, ficando cessado o afastamento da servidora junto ao referido Gabinete, a partir de 22.04.25. DEVERÁ SER OBSERVADO O COMUNICADO Nº 1.189/13 DA SPRH.

De 24.04.25:

Nomeando GUSTAVO RIBEIRO RODRIGUES, mat. 376.975, nos termos do artigo 20, inciso I da Lei Complementar nº 180/78 c.c. com o artigo 1º da Lei Complementar nº 195/78, para ocupar, em comissão, o cargo de Assistente Judiciário, na vaga decorrente da exoneração de Matheus Simoes de Nadai Barboza (criado pela LC 1172/2012), junto ao Gabinete da Juíza de 1ª Instância - Dra. Nathalie Anchieta Alba Ferrer, ficando à disposição do referido Gabinete, a partir do início de exercício no cargo. DEVERÁ SER OBSERVADO O COMUNICADO Nº 1.919/14 DA SPRH.